

A DIFERENÇA EM UM AMBIENTE INCAPACITANTE: reações frente à deficiência

Elenilda Barbosa Furine (PG-UEMS)

RESUMO

Este artigo apresenta um estudo sobre as pessoas com necessidades especiais que enfrentam dificuldades no ambiente social e suas reações perante essa condição. O objetivo principal deste trabalho é descrever e analisar as diversas reações sofridas por estas pessoas em um ambiente incapacitado, às vezes, para lidar com as diversas diferenças. O estudo envolveu uma pesquisa bibliográfica sobre o tema em questão. Espera-se com esse estudo, uma melhor compreensão dos aspectos envolvidos no processo de inclusão social e uma melhor reflexão acerca das diferenças, da deficiência e suas reações. E fatores como: quando e como aconteceu, o tipo de deficiência e os recursos interiores, o sexo da pessoa, a renda, a existência de apoio familiar, a auto-estima, entre outros contribuem para determinar as reações da pessoa à aquisição da deficiência. Desse modo, o artigo pretende ampliar a compreensão a respeito das diferenças, contribuindo assim, para o esclarecimento e consciência da inclusão social.

Palavras-chave: Deficiência. Ambiente social. Diferenças. Reações da condição.

Introdução

“Ser gente é correr sempre o risco de ser diferente”.
(MARIA TERESA ÉGLER MANTOAN)

Com o avanço dos estudos na área de humanas, nota-se uma nova visão de pesquisadores. Além de estudarem as causas das deficiências, passam também a estudar a influência do meio social, das oportunidades de convivência, da educação e no desenvolvimento humano em geral, afirma Bartalotti (2006). Assim, o meio social é um fator de muita relevância no processo de inclusão social.

Desse modo, o artigo aponta de uma forma resumida, as dificuldades que os deficientes enfrentam no meio social e suas reações frente a essas dificuldades. Reações que podem ser interna ou externa. As internas são sentimentos da pessoa à respeito da vida e a sua condição. E as reações externas são reações da família, amigos e sociedade.

Mediante essas dificuldades, existe também as dificuldades no meio social, em que, muitas vezes, é um ambiente incapacitado para atender as necessidades de locomoção, trabalho, compras, lazer, moradia entre outros.

1- Deficiência: breve histórico

O efeito da linguagem do termo deficiência, provoca preocupações de como são percebidas e como as pessoas percebem a si próprias. Entretanto, as palavras tem o poder de moldar imagens dos objetos de referência e a sua escolha é importante na construção ou na destruição de estereótipos, conclui Vash (1988).

Assim, com o tempo as pessoas com deficiências tem sido vistas de diferentes maneiras. Na Idade Média, o entendimento sobre a deficiência estava ligado ao sobrenatural, vista como possessão demoníaca ou como castigo divino. Segundo Bartalotti (2006), com o

fortalecimento do cristianismo é difundida a ideia que todos são filhos de Deus e essa concepção impede a eliminação dos deficientes. E a medicina evolui a partir do século XIX, abrindo possibilidades de conhecimentos específicos sobre o desenvolvimento humano. E as pessoas com deficiências, vistas como doentes, passam a ter direito a tratamento. Com os avanços dos estudos, à partir do século XX, a deficiência começa a deixar de ser vista como uma doença e passa a ser vista como uma condição. A respeito, Vash (1988) afirma:

A doença se refere a um processo de enfermidade ativo. A deficiência (*disabilitv*) se refere a qualquer debilidade residual do funcionamento fisiológico, anatômico ou psicológico, que resulte de uma doença, de uma lesão ou de um defeito congênito (VASH, 1988, p. 26).

Quando se fala em inclusão, no entanto, observa-se que o maior entrave é, ainda, a concepção de deficiência como doença e são muitas vezes consideradas perigosas, incapazes de se controlar. Bartalotti (2006) explica:

Mas o fato de se procurar definir a deficiência não como doença, mas como uma condição que se expressa a partir de dificuldades, ou formas diferentes de expressão da capacidade no meio social, não quer dizer que se despreze a condição estrutural propriamente dita, ou seja, que se ignore o fato de que a condição de deficiência traz, em sua base, alterações essas de base eminentemente orgânica (BARTALOTTI, 2006, p. 45).

Desse modo, não bastam mais intervenções somente da área da saúde para promover seu desenvolvimento, são necessárias medidas sociais, educacionais, políticas públicas, para um completo desenvolvimento da inclusão social.

2- O preconceito, a igualdade/diferença

A palavra preconceito significa segundo o dicionário forma de pensamento na qual a pessoa chega a conclusões que entram em conflito com fatos por tê-los prejudgado. Assim, o preconceito na diferença segundo Bartalotti (2006) é um mecanismo de defesa, que afasta algo que se mostra para as pessoas ameaçadores, afirma a autora acima:

O preconceito é um falseamento da realidade, uma realidade que fomos de alguma forma impedidos de enxergar. Podemos então, entender o preconceito como algo que nos afastaria do fenômeno real e aqui podemos lembrar dos inomináveis que falamos anteriormente; algo que não posso nomear, ou seja, aceitar, e do qual busco me afastar (BARTALOTTI, 2006, p. 26).

A compreensão da relação entre preconceito e deficiência, faz-se necessário entender o que tornaria o outro diferente, fora dos padrões de normalidade. Os parâmetros socialmente aceitos determinam o que é normal e o que está no parâmetro da anormalidade. Os critérios usados socialmente para definir são: o critério estatístico, o critério anatômico e o último o “tipo certo”. Sendo esse último o mais carregado de valores, crenças e ideologia. Desse modo, as visões pré-concebidas e estagnadas a respeito das pessoas com deficiência rotulam os deficientes de incapazes, de coitados, de especiais e tantos outros adjetivos, afirma Bartalotti (2006).

Entretanto, entende-se que não estar nos padrões de normalidade, normalidade essa estabelecida pela sociedade, é ser diferente. Mantoan (2006) afirma que o discurso da modernidade que se caracteriza por esforço de ordenar o mundo, as pessoas e a vida, estendeu

suas precauções contra o imprevisível, riscos a ordem e a unicidade, repetindo que todos são iguais, todos são livres, mas um “todos” padronizado. De modo que a diferença propõe conflito, imprevisibilidade e falta de controle. Mantoan (2006) a respeito afirma:

Quando entendemos que não é a universalidade da espécie que define um sujeito, mas as suas peculiaridades ligadas a sexo, etnia, origem, crenças, tratar as pessoas diferentemente pode enfatizar suas diferenças, assim como tratar igualmente os diferentes pode esconder as suas especificidades e excluí-los do mesmo modo, portanto, ser gente é correr sempre o risco de ser diferente (MANTOAN, 2006, p. 15).

Assim, anular a diferença é excluir as particularidades e viver alienadamente um todo igualmente inexistente. E atribuir à deficiência valor de incapacidade, significa engessar, negativizar a possibilidade do outro de pessoa única, e de certa forma, excluir possibilidades de vida, possibilidade de inclusão.

3- Aspectos Psicológicos: reações frente à deficiência

As reações ao fato da aquisição da deficiência dependem em partes, de quando e como aconteceu e de uma série de fatores. Assim, as reações mencionadas neste estudo, serão as emocionais e comportamentais das pessoas que se descobrem deficientes, as situações que determinam o tipo e a intensidade de suas reações à ausência ou a perda de capacidades consideradas normais.

Vash (1988) explica que são quatro classes que determinam as reações: aquelas conseqüentes à deficiência, aquelas ligadas à pessoa que adquire uma deficiência, aquelas presentes no ambiente imediato da pessoa e aquelas que são parte do contexto cultural. “Tornar-se deficiente tem poder de provocar toda gama de emoções humanas: do medo, raiva e tristeza, até o alívio e mesmo alegria” (VASH, 1988, p. 9).

O emocional varia de pessoa para pessoa. Aquilo que machuca ou enraivece a alguém pode parecer inconseqüente para outra pessoa. Vash (1988) explica:

Algumas pessoas se enraivecem consigo mesmas, e com sua incompetência em fazer o que as demais pessoas fazem naturalmente, enquanto outras se enraivecem com o universo por este ser injusto. Outras, ainda, se enraivecem com as demais pessoas por não conseguirem ajuda. Embora o espectro (o leque) de emoções humanas possa ser limitado, as formas de manifestação ou de expressão das emoções são virtualmente infinitas (VASH, 1988, p. 9).

A variação humana acontece, mas surge a questão dos fatores determinantes, ou seja, o que e como acontecem as reações. O primeiro desses fatores determinantes é a natureza da deficiência. O estágio da vida em que se encontra a pessoa quando adquire uma deficiência influencia os tipos de reação que serão experienciados. “A pessoa que se torna portadora de uma deficiência na primeira ou segunda infância pode assim como a pessoa que nasce com uma deficiência, estar sujeita ao isolamento, a práticas de educação como superproteção ou rejeição” (VASH, 1988, p. 10). E ainda, segundo a autora acima, a pessoa que se torna deficiente mais tarde pode não ter que enfrentar os mesmos problemas, mas encontrará outros diferentes.

A experiência de um encontro muito próximo com a morte por meio de um acidente ou doença, pode ser uma influência poderosa na vida de uma pessoa, afirma Vash (1988). A reação à proximidade com a morte, ou a crença de quase ter morrido é complexamente entrelaçada com outras variáveis tais como religiosidade e autoconceito.

Agora, seguindo o pensamento no que se refere a severidade da deficiência, uma pessoa pode aceitar bem uma paralisia total, por exemplo, enquanto outra se sente arrasada pela perda de um dedo. Cada um tem suas razões pessoais. Deficiências invisíveis podem também se tornar grandes dificuldades para um relacionamento interpessoal, porque a pessoa aparenta ser aquilo que não é. Vash (1988) explica com o seguinte exemplo:

[...] um homem de aparência máscula e muito forte, contou que frequentemente lhe solicitam que ajude quando estão lidando com objetos pesados. Entretanto, a aparência enorme de seu tórax é resultado de um enfisema e ele tem que responder 'Desculpe-me, não posso'. Ele diz que está cansado de explicar porquê [...] 'Ninguém acredita que alguém que parece tão forte possa ser fraco demais para erguer uma ponta de sofá' (VASH, 1988, p. 14).

O segundo determinante é a pessoa e a importância de refletir sobre as diferenças individuais. Desse modo, as reações emocionais e comportamentais dependem das características das pessoas que tornam deficientes.

Para Vash (1988) a variável pessoal mais evidente a afetar a reação à deficiência é o sexo da pessoa. O fato de ser homem ou mulher não implica necessariamente reações melhores ou piores, mas sim reações diferentes. E ainda, que a sociedade aceita para a mulher do que para o homem um estilo de vida dependente e passivo. As reações podem variar, de acordo com os interesses, valores e objetivos de cada pessoa que torna deficiente. Vash (1988) explica que pessoas que sofrem lesões da medula espinhal em atividades aventureiras, tendem a ser intolerantes a uma vida sedentária e afirma:

Se passatemos tranqüilos lhes dessem prazer, não teriam escolhido o esqui, o sufirno, a corrida de carro, a luta de quadrilhas ou assalto armado como primeira opção. Observa-se também que pessoas de culturas que atribuem alto valor às proezas físicas ou sexuais são mais devastadas por essa deficiência o que aquelas cujas tradições enfatizam digamos as produções acadêmicas. (VASH, 1988, p. 17).

Dessa forma, valores, crenças e objetivos pessoais não se aplica apenas a lesão da medula, mas pode influenciar as respostas e comportamentos para várias deficiências. Assim, pessoas, com um único interesse na vida reagirão fortemente a uma deficiência, enquanto outros podem se ajustar mais facilmente se seus interesses variarem entre várias modalidades de interesses, afirma Vash (1988).

Quando os valores de uma pessoa se encontram investidos quase totalmente em funções que são perdidas, aumentam as reações à deficiência e as dificuldades subsequentes na aprendizagem do ajustamento a sua nova condição. Segundo Vash (1988) variáveis como a flexibilidade, adaptabilidade, maturidade e os opostos desses termos influenciam a reação à mudança e isso inclui as mudanças impostas pela deficiência.

O enfrentamento da deficiência, a crença espiritual e a filosofia de vida determinam o significado da instalação da deficiência para cada pessoa. Vash (1988) argumenta:

A pessoa que encara a aquisição da deficiência de uma punição de Deus por pecados passados certamente sentirá a deficiência de uma forma diferente de como a sentirá a pessoa que a encara uma prova ou uma oportunidade para o desenvolvimento espiritual. A pessoa que vê a deficiência simplesmente como uma ocorrência dentro de um universo probabilístico responderá também de uma forma diferente (VASH, 1988, p. 20)

As bases filosóficas e espirituais podem ou não mostrarem-se úteis para a pessoa. Depende de como a pessoa se comporta mediante esses fatores.

O último determinante das reações comportamentais e emocionais é o ambiente. Variáveis ambientais tais como aceitação e apoio da família, renda, recursos comunitários e a presença ou ausência de amigos leais tem muito a ver com a forma de a pessoa se sentir com relação a ser deficiente. O item abaixo explicará melhor sobre o determinante ambiente.

4- Ambiente incapacitado

“Ser deficiente é uma coisa. Ser incapacitado é bem outra”.
(CAROLYN L. VASH)

Este tópico irá abordar os fenômenos e eventos ambientais que interagem direta ou indiretamente com pessoas deficientes. O ambiente que as pessoas deficientes enfrentam compõe-se principalmente por dois aspectos: os objetos físicos e outras pessoas. Nota-se sinais de progresso nos objetos físicos como transporte, local de trabalho, moradia e lazer comparado a alguns anos atrás. Segundo Vash (1988) as formas como as pessoas reagem e se ajustam à deficiência é em parte determinada pelo misto de auxílio e obstáculo que encontram em suas vidas e explica:

[...] os determinantes ambientais da reação à deficiência podem ser divididos em dois tipos principais: aqueles que estão palpavelmente presentes no ambiente imediato da pessoa e aqueles que estão entrelaçados mais sutilmente no contexto cultural mais amplo. Os primeiros podem variar bastante de uma pessoa para outra: os últimos tendem a ser uniformes para as pessoas num determinado tempo, cultura ou subcultura (VASH, 1988, p. 29).

Entretanto, essas distinções são úteis para compreender a totalidade das influências externas que interagem na modificação do comportamento. Assim, as influências ambientais vistas como determinantes do contexto cultural influencia sobre as reações e o ajustamento à deficiência, afirma Vash (1988).

A desvalorização sutil ou ostensiva do deficiente é influenciada pela cultura. Segundo Vash (1988) um exemplo claro da desvalorização cultural pode ser explicado pelo fato dos nazistas terem assassinados pessoas deficientes. A respeito, argumenta Vash (1988):

Uma abordagem mais delicada é considerar as pessoas com deficiência não como párias mas como desafortunadas, merecedoras de compaixão ao invés de desprezo. Ostensiva ou sutil, rude ou delicada, é desvalorização e isso é bem compreendido por quem é objeto de qualquer uma dessas atitudes (VASH, 1988, p.31).

As atitudes de desigualdade e indiferença em relação aos deficientes, podem ser formadas e prevalecem no contexto cultural. Aumentando assim, a desvalorização das pessoas deficientes.

Desse modo, no início da idade da razão, século XVII, a sociedade ocidental tem atribuído um valor cada vez maior ao tipo específico de intelecto, conhecido como pensamento lógico-dedutivo, sequencial, racional ou linear, afirma Vash (1988).

Seguindo sobre os determinantes que influenciam no ambiente, tem-se a supervalorização do físico. Em que, beleza e proeza física não só é valorizada na sociedade como também a maioria das culturas estabelecem padrões e estereótipos com relação ao que é esperado das pessoas. “A maioria de nós sente em graus diferentes que devemos pelo menos aproximar-nos dessa imagem para podermos ser felizes” (VASH, 1988, p.33).

Haja vista, com o avanço da tecnologia e da ciência a valorização da espiritualidade

diminuiu. As pessoas deficientes são incapacitadas por uma sociedade materialista de uma forma diferente do que por uma espiritualista. “Quando responsabilidades antigamente assumidas pela família e pela igreja são transferidas para o Estado, uma atmosfera burocrática, ao invés de um clima de amor é criada para os que recebem o cuidado” (VASH, 1988, p. 34).

Para proteger-se da sensação de constante vulnerabilidade, trabalham-se as coisas na mente de forma a culpar a própria vítima. Por exemplo: “Ele deve ter provocado isso para si mesmo. Eu não estou provocando nada desse tipo para mim, portanto eu não preciso me preocupar porque não vai acontecer comigo”. Vash (1988) argumenta a respeito das influências familiares afirmando:

A renda não é mais um aspecto do meio familiar que circunda uma pessoa com deficiência. Outras variáveis relevantes relacionadas à estrutura e a dinâmica da família incluem o status social e a base de poder da família na comunidade, a aceitação dos pais, a lealdade do (a) esposo (a) e a presença de apoio prática e/ou moral (VASH, 1988, p. 39).

Outro tipo de influência é a comunidade em que a pessoa reside. O tamanho da cidade pode influenciar na quantidade de apoio humano. Uma cidade menor pode oferecer mais apoio humano e menos recursos estruturais. Uma cidade maior menos apoio humano e mais recursos estruturais.

Por fim, as diferenças regionais, em que a geografia, clima, estilo de construção podem ter impacto na forma de uma pessoa reagir a uma deficiência. Portanto as influências que determinam as reações oriundas do ambiente são várias.

Considerações finais

*“Fito-te – E o teu silêncio é uma cegueira minha.”
(FERNANDO PESSOA)*

Se quisermos realmente uma sociedade, na qual, todos possam ter possibilidades de vida com respeito e dignidade, o primeiro passo é despir-se do preconceito em relação às pessoas com deficiência. Assim, compreender que as diferenças, sejam elas, físicas, intelectuais ou psicológicas, não podem ser motivo de excluir ou simplesmente isolar alguém do meio social.

Não se faz inclusão somente incluindo. Há uma série de critérios para verdadeira efetivação do processo inclusivo. Acredita-se que primeiramente a inclusão deve fazer parte de cada pessoa, do cotidiano de cada cidadão. Dessa maneira, a inclusão deverá proporcionar as pessoas deficientes possibilidades de se sentirem bem, felizes e interagida em um ambiente, muitas vezes, incapacitado e hostil para as pessoas deficientes. E também se sentirem parte da sociedade, sentirem que suas limitações não impedem de produzir, viver e serem felizes. Quem não tem limitações? Quem é perfeito em tudo?

Assim, fica claro a importância de refletirmos sobre como respeitamos e convivemos com a individualidade de cada ser humano. Como aceitamos as reações de cada pessoa deficiente, de cada pessoa que tem seus limites. Igualar e totalizar questões pertinentes a personalidade de cada um é não enxergar que as pessoas são diferentes, pensam diferentes e tem gostos diferenciados.

Portanto, pensar em inclusão é respeitar acima de tudo a individualidade e o contexto cultural de cada uma dessas pessoas. É aprender a buscar o valor, os sonhos as expectativas de suas ações na sociedade. É preciso ser um cidadão que acredite que a inclusão não é só em

ambientes educacionais, institucionais e familiares, mas sim que faz parte do meio social e convívio.

Referências

BARTALOTTI, C. C. *Inclusão social das pessoas com deficiência: utopia ou possibilidade?* São Paulo: Paulus, 2006.

MANTOAN, M. T. E. Igualdade e diferenças na escola: como andar no fio da navalha. In: ARANTES, V, A. (Org.). *Inclusão escolar: pontos e contrapontos*. São Paulo: Summus, 2006.

VASH, C. L. *Enfrentando a deficiência A manifestação A psicologia A reabilitação*. São Paulo: Thomson Pioneira, 1988.